

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
analisa funcionamento do estado em Timor-Leste

O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra realiza o Colóquio «**Entre o Estado e a *Uma Lulik*: espaços de identidade, poder e justiça em Timor-Leste**», nas suas instalações em Coimbra, no dia 16 de novembro de 2017, onde serão apresentadas análises sobre Timor-Leste realizadas por investigadores/as nas áreas da sociologia, direito, antropologia e ciência política.

Este encontro procurará abordar temáticas como os processos de construção do Estado e a intervenção das Nações Unidas, a administração local, o papel dos tribunais e das justiças comunitárias, as dinâmicas locais de promoção de direitos, os debates sobre o regime de distribuição e de propriedade das terras e as narrativas de nação, identidade e políticas culturais em disputa a partir da *Uma Lulik* (casa sagrada, centro da espiritualidade timorense que homenageia os antepassados). O **programa do colóquio** está disponível em: <http://www.ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2017/entre-o-estado-e-a-uma-lulik/programa>

O seminário visa compreender as diversas articulações/tensões entre o Estado e as comunidades (sucos, aldeias, *Uma Lulik*), onde a terra e a casa sagrada permanecem lugares de identidade, governação e de justiça. Questões de identidade e reprodução social, governação, justiça e reivindicação de direitos, serão discutidas no amplo quadro de tensão/diálogo existente entre os diversos níveis locais e as estruturas do Estado, que pretende ser unificador de todas estas realidades plurais, mas que encontra resistências ao desenvolvimento de um sistema homogéneo de justiça, de governação e de identidade.

No evento o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra apresenta igualmente os resultados de um estudo sobre a justiça de Timor-Leste

Timor-Leste conta com um passado sociopolítico marcado por longo período de enorme complexidade. Durante séculos foi colónia portuguesa, alvo da ocupação indonésia e episódios de intervenção de organismos internacionais como a ONU, tomadas de poder conturbadas e, finalmente, objeto de (re)construção enquanto nação democrática e independente na sua essência. No domínio da justiça, o contexto sociopolítico coloca o desafio de como pugnar pela consolidação de um sistema de justiça de raiz timorense, nomeadamente, no que diz respeito à articulação das várias estruturas, atores e processos normativos.

A investigação em questão, realizada pelo CES, decorreu por solicitação e em articulação com a Comissão para a Reforma Legislativa e do Setor da Justiça de Timor-Leste (CRL) - a CRL foi estabelecida pelo VI Governo constitucional através da Resolução do Governo n.º 30/2015, de 26 de Agosto e, entre as suas competências, tem por função «analisar o atual quadro normativo

nacional e identificar os principais desafios da reforma e do setor da justiça»- e tinha como objetivo central o desenvolvimento de um diagnóstico que permitisse a definição de uma agenda estratégica para a política pública de reforma da justiça no quadro mais amplo da construção de uma democracia própria que tenha em consideração as características particulares do território nas suas dimensões históricas, políticas, económicas e culturais, no qual um sistema de justiça eficaz é entendido pelos dirigentes do país como possibilitador de um «ambiente seguro para sustentar o ambiente social e económico» (Governo de Timor-Leste, 2010). O estudo coloca em evidência a importância da consolidação de um sistema de justiça híbrido, que espelhe a matriz de diversidade cultural em que o país assenta.

O Estudo «**Diagnóstico sobre o sistema de Justiça em Timor-Leste**» foi desenvolvido entre outubro de 2016 e julho de 2017, o trabalho contou com a coordenação das investigadoras do CES, **Conceição Gomes** e **Maria Paula Meneses**, e de **Jorge Graça**, presidente da CRL, que lideraram uma equipa de aproximadamente duas dezenas de pessoas, entre investigadores do CES, integrantes da CRL e agentes locais com diversas funções. Em termos académicos, a investigação foi assumidamente multidisciplinar, integrando atores com competências na área do direito, sociologia jurídica, antropologia e estudos do desenvolvimento.

Dada a ambição do estudo e a exiguidade temporal (apenas oito meses), o trabalho foi operacionalizado em duas frentes: uma, centrada na justiça formal e nos tribunais; outra, nas diversas instâncias comunitárias envolvidas na resolução de conflitos. No âmbito da justiça formal, publicou-se o relatório «**Os tribunais em Timor-Leste: desafios a um sistema judicial em construção**» (na íntegra em http://crl.gov.tl/sites/tlcr/files/docs/2017/formal_2017_08_11_s.pdf), no qual se efetua um exaustivo mapeamento do sistema judiciário timorense, resultado do cruzamento de dados que permitiu um diagnóstico bem como a elaboração de recomendações para a reforma do sistema. É possível ter conhecimento do panorama judicial no que se reporta ao funcionamento das instituições do sistema, histórico de números e tipo de processos entrados e julgados, tempo de duração e julgamento dos processos, além das instâncias envolvidas – neste particular existiu um enfoque especial na forma como o sistema judicial timorense lida com a questão da violência doméstica.

Na esfera das justiças comunitárias/informais o relatório «**Para uma justiça de matriz timorense: o contributo das justiças comunitárias**» (na íntegra em http://crl.gov.tl/sites/tlcr/files/docs/2017/justica_informal_2017_08_11_2_0.pdf) além de incluir dados contextuais das culturas jurídicas do país em formato de palimpsesto, procura aprofundar a realidade social e cultural das comunidades e as suas formas de organização da justiça comunitária e interação com os sistemas formais. Analisou-se ainda o pluralismo jurídico de Timor-Leste, nomeadamente, os atores e a diversidade de instâncias.

Apesar da existência de equipas dedicadas mais ao estudo da justiça formal e mais ao estudo

das justiças comunitárias foram desenvolvidas dimensões teóricas e empíricas que permitiram uma visão sistémica sobre o sistema de justiça de Timor-Leste e captar a intensa hibridação jurídica e interlegalidade desta sociedade em que a interdependência entre os tribunais e outras instâncias de resolução de conflitos é muito alargada. As/Os investigadoras/es do CES desenvolveram ações de formação dirigidas a membros da CRL para a obtenção de competências no domínio das metodologias de investigação e posterior aplicação no campo. Para ultrapassar a dificuldade cultural (língua, cultura, geografia) a participação de agentes locais foi fundamental, ainda que alguns investigadores dominassem *tetum*

De acordo com o estudo, é muito rica e diversificada a paisagem jurídica de Timor-Leste. A nível local, essa paisagem é composta por estruturas muito heterogéneas, que se articulam entre si e, frequentemente, com o Estado. O estudo sugere uma forte ligação de continuidade entre as justiças locais, de carácter comunitário e as justiças *formais, oficiais*, sinalizando a presença de uma rede de serviços jurídicos. Esta realidade distancia-se das caracterizações dicotómicas que opõem a justiça formal (dos tribunais judiciais) e as justiças não formais. Há evidências empíricas, nos processos judiciais consultados, para além dos relatos e entrevistas dos participantes, da intensa articulação entre o sistema de justiça formal e as autoridades locais/comunitárias.

O diagnóstico e as recomendações apresentadas têm sido considerados como instrumentos essenciais de informação do debate e de apoio às políticas públicas a desenvolver no âmbito do direito e do sistema judicial que permitam criar um sistema de justiça próprio, adequado e efetivo, para a construção democrática do Timor-Leste.